

# EUROPA



## Editorial

Edite Estrela \*

### O REFERENDO DA IVG

Oito anos depois do primeiro referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG), a Assembleia da República aprovou, por esmagadora maioria, a pergunta que deve ser submetida a nova consulta popular. O governo e o PS cumprem, deste modo, mais um compromisso eleitoral. Os eurodeputados socialistas deram já um primeiro contributo para o debate, que se deseja sério e profundo, promovendo uma Conferência Internacional e editando uma brochura que retrata, com objectividade e rigor, a realidade europeia, no que diz respeito ao enquadramento legal da IVG. Dos 44 países analisados, apenas dois – Irlanda e Malta – não permitem a interrupção de uma gravidez não desejada, excepto em caso de risco de vida da mulher. Na esmagadora maioria, a IVG é permitida, geralmente até às 12 semanas, por solicitação da mulher. Os países onde as leis são mais restritivas são: Polónia, Chipre, Portugal e Espanha (aqui, contudo, a aplicação da lei não tem conduzido à punição da mulher).

A IVG é praticamente legal em todo o mundo, embora as leis sejam mais restritivas nos países menos desenvolvidos. As estatísticas confirmam que é nestes países, onde as leis são mais penalizadoras, que há mais abortos clandestinos e consequentemente mais mortes e mulheres incapacitadas. Todos os anos, são interrompidas 45 milhões de gravidezes não desejadas. Cerca de 19 milhões são realizadas em condições precárias, quase sempre nos países mais pobres e onde as mulheres são menos escolarizadas e não têm acesso à informação. Estima-se que 68 mil mulheres morram todos os anos por causa do recurso ao aborto clandestino.

Os estudos revelam que há uma relação entre pobreza e aborto e entre leis que são mais restritivas e maior recurso ao aborto. Por exemplo, os países onde a incidência de casos de IVG é menos elevada são a Bélgica, a Holanda e a Alemanha (cerca de sete por cada mil mulheres), países onde a IVG pode ser interrompida, até às 12 semanas, por solicitação da mulher.

Na União Europeia, a legislação sobre a IVG varia de país para país. Por isso, há mulheres que viajam de um país para outro (às vezes, basta passar a fronteira) para abortarem em condições de higiene e segurança. As mais favorecidas, porque as que não têm poder económico recorrem ao aborto clandestino.

Estes são os factos. Mas há quem tente introduzir ruído na comunicação para evitar que as pessoas sejam esclarecidas. Há várias falácias que é preciso denunciar. Em primeiro lugar, despenalizar a IVG não é descriminalizar nem liberalizar o aborto. O que está em causa é a despenalização da interrupção de uma gravidez não desejada, até às 10 semanas, realizada em estabelecimento de saúde autorizado. Por outro lado, que fique claro que quem defende a alteração da lei, não é a favor do aborto, é sim contra o aborto clandestino e contra a condenação de mulheres.

Este não é um assunto só das mulheres, diz respeito também aos homens, às famílias e a toda a sociedade.

Por tudo isto, os 12 eurodeputados socialistas defendem a alteração do Código Penal. Para que não haja mais mulheres humilhadas e julgadas porque tomaram a difícil e dolorosa decisão de interromper uma gravidez não desejada.

\*Presidente da Delegação Portuguesa no PE

## CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA SÓCRATES FARÁ CAMPANHA PARA DESPENALIZAÇÃO DO ABORTO

“A proposta de despenalização da interrupção voluntária da gravidez pretende resolver dois problemas: as mulheres deixarão de ser perseguidas e de ir para a prisão e será um instrumento para combater uma das chagas mais vergonhosas da nossa sociedade: o aborto clandestino”, afirmou o primeiro-ministro e secretário-geral do PS, José Sócrates, numa conferência internacional sobre “A saúde sexual e reprodutiva da mulher”, organizada pela Delegação Socialista Portuguesa no Parlamento Europeu, de que é presidente Edite Estrela, também vice-presidente da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Género.

Numa iniciativa em que participaram mais de uma dezena de oradores nacionais e da União Europeia, entre membros do Governo e responsáveis de vários organismos ligados àquela problemática, o primeiro-ministro, José Sócrates, foi anunciar o seu envolvimento pessoal na campanha de despenalização do aborto: “A minha liberdade leva-me a fazer campanha por uma solução que considero mais justa e que pretende retirar Portugal do lote dos países mais atrasados”, disse.

José Sócrates explicou que a iniciativa dos socialistas de apresentar uma nova proposta de referendo na Assembleia da República sobre a interrupção voluntária da gravidez faz parte do cumprimento do programa eleitoral com que o PS se apresentou às últimas eleições de Março de 2005. Segundo afirmou, depois da consulta negativa aos portugueses, só com um novo referendo se pode alterar os resultados anteriores. “É uma questão de escrupulo democrático”, afirmou, justificando assim a razão pela qual recusa a possibilidade de vir a ser aprovado na Assembleia da República aquilo que foi rejeitado em referendo.

Deixando bem claro que não se trata de liberalizar a prática do aborto, mas sim de o despenalizar, José Sócrates criticou a “hipocrisia e o oportunismo político daqueles que, “por não terem coragem para afirmar as suas convicções, defendem engenharias processuais para manter a lei como está e não ser aplicada”.



“O aborto clandestino é uma das chagas mais vergonhosas da nossa sociedade”, disse José Sócrates



“Todos aqueles que acham que a mulher não deve ser criminalizada e perseguida devem votar sim”, sublinhou.

O primeiro-ministro referiu ainda as iniciativas que o PS, a nível do Governo e do Grupo Parlamentar, tem tomado no âmbito da igualdade de género. Uma das iniciativas é a nova proposta do Código Penal que autonomiza como crime a violência doméstica, e a outra é a criminalização do tráfico de seres humanos, tornando assim mais aptas as instituições judiciais no combate a estes flagelos das sociedades actuais.

### ZAPATERO SOLIDÁRIO COM INICIATIVA DO PS

O secretário-geral do PSOE e primeiro-ministro de Espanha, José Luís Zapatero, enviou uma mensagem que foi lida na conferência sobre saúde sexual e reprodutiva na qual manifesta total solidariedade com a iniciativa do Partido Socialista de propor a realização de um novo referendo sobre a despenalização do aborto.

Na mensagem, lida pela Secretária Nacional do PSOE para a Igualdade, Maribel Requena, Zapatero afirmou que a política dirigida às mulheres é em Espanha uma prioridade. Por isso, manifesta todo o apoio e solidariedade relativamente às iniciativas que aumentem os direitos das mulheres na sociedade portuguesa.

Antes, Maribel Requena tinha feito uma descrição da situação em

Espanha, onde as taxas de aborto são das mais baixas na União Europeia, não obstante a situação legal favorável.

Conforme afirmou, para o Governo do PSOE, o objectivo centra-se na necessidade de aumentar os esforços em saúde sexual e reprodutiva, designadamente através de meios de saúde e de muita informação. Com efeito, metade das mulheres que abortam em Espanha são imigrantes, habitualmente pessoas com menos acesso à informação, mas também mulheres com menos de 25 anos.

“Para controlar a gravidez não desejada é preciso mais tolerância e menos hipocrisia e mais recursos e direitos para as mulheres”, afirmou.

## Visto de Portugal

## COMPROMISSO EUROPEU



António Vitorino

Vivemos na Europa uma espécie de tempo suspenso. O resultado negativo dos referendos francês e holandês sobre o Tratado Constitucional abriu um período de reflexão sobre o futuro do projecto de integração europeia, mas essa reflexão não pode ignorar que dezasseis Estados já ratificaram aquele Tratado. Está-se, assim, um pouco como no meio da ponte: sem saber se se avança, correndo os riscos de uma nova rejeição, se se recua, deixando no embaraço aqueles que cumpriram a sua parte da obrigação (sem esquecer que em Espanha e no Luxemburgo o Tratado foi aprovado por referendo...) ou se se encontra uma “engenharia constitucional” que permita ultrapassar o impasse sem causar novas razões de queixa nas opiniões públicas dos Estados membros.

Como é evidente a solução a encontrar depende em larga medida do que forem os resultados eleitorais na Holanda (em Novembro) e em França (estando prevista a eleição presidencial em Maio do ano que vem). Mas seria ingénuo pensar que tudo depende do que franceses e holandeses decidirem nas suas escolhas políticas nacionais.

Com efeito avolumam-se os sinais de que a eventual ultrapassagem dos bloqueios francês e holandês apenas abrirão caminho às dificuldades subsequentes. Nos próximos dois anos realizar-se-ão eleições em onze Estados-membros da União e em alguns deles não se prevê que os vencedores garantam a conclusão do processo de alteração dos Tratados sem novos sobressaltos. Seria este designadamente o caso do Reino Unido onde um tratado com a amplitude o actual Tratado Constitucional teria que ser submetido a referendo e onde o empenhamento nas questões europeias dos dois possíveis futuros Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha parece à partida oferecer reservas à adopção de um novo texto fundamental para a União Europeia.

A próxima presidência alemã terá, pois, uma especial responsabilidade sobre os ombros quando tomar a seu cargo os destinos da União em 1 de Janeiro e 2007.

A chanceler alemã fixou uma fasquia alta para as suas ambições europeias, tornando claro pretender não uma “solução de mínimos” mas sim uma resposta que esteja à altura dos complexos desafios políticos e institucionais que se colocam à Europa, designadamente quando formos 27 Estados-membros a partir do próximo ano, com a entrada da Roménia e da Bulgária.

A Portugal interessa acompanhar de perto esta evolução, até porque nos seguimos aos alemães na presidência da União já em 1 de Julho do próximo ano. Mas também porque é do interesse nacional seguir uma linha de actuação que, reforçando o papel de mediador que sempre cabe a uma presidência, garanta que a solução encontrada respeite valores essenciais do projecto europeu: a igualdade entre os Estados, o equilíbrio dinâmico do poder entre as instituições europeias, a ampliação do papel da cidadania europeia na concretização do projecto europeu, a salvaguarda da coesão e da solidariedade, a afirmação da prioridade de um papel activo no Mundo e a aplicação prática de regras e mecanismos que garantam a segurança interna da União.

Assim poderemos desempenhar a presidência com equilíbrio e eficácia ao mesmo tempo que reafirmamos o nosso inequívoco compromisso europeu.

## EDITE ESTRELA AFIRMA

## “É URGENTE MUDAR A LEI SOBRE A IVG”

Por iniciativa da Delegação Socialista portuguesa no Parlamento Europeu, realizou-se no Centro Cultural de Belém uma conferência internacional subordinada ao tema “Saúde Sexual e Reprodutiva”, que teve como ponto alto a participação do primeiro-ministro, José Sócrates, e em que a lei que regula a interrupção da gravidez em Portugal e o próximo referendo sobre a IVG estiveram presentes ao longo de todas as intervenções.

A conferência abriu com uma intervenção da deputada Edite Estrela, presidente da Delegação e vice-presidente da Comissão dos Direitos das Mulheres e Igualdade de Género. Edite Estrela fez o enquadramento da discussão, tendo apresentado o panorama europeu relativamente às legislações dos Estados-membros em matéria de interrupção voluntária da gravidez. “É urgente mudar a lei em Portugal, para acabar com o julgamento e punição de mulheres”, afirmou.

Na qualidade de vice-presidente do Parlamento Europeu, esteve o deputado Manuel dos Santos, que moderou o segundo painel de discussão e fez referência aos dois relatórios já aprovados pelo Parlamento Europeu, em 2002 e em 2005, sobre os perigos do aborto ilegal para a saúde física e mental das mulheres e, o outro, que estabelece uma correlação directa entre a regulação da prática de aborto livre e legal e os índices de desenvolvimento. Como moderador, referência também para o presidente do Grupo Parlamentar do PS, Alberto Martins, que lembrou que o Partido Socialista iria apresentar na Assembleia da República a proposta de referendo, para acabar com uma lei que considerou “iníqua e uma vergonha para Portugal”.

Quanto à participação de membros do Governo, o destaque vai para o ministro da Saúde, Correia de Campos e para o Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lacão, que se centrou nos problemas jurídicos em torno da questão do aborto, afirmando: “Queremos ter normas que possam ser cumpridas e não para hipocritamente virarmos a cara para o lado”, disse.

As convidadas internacionais vieram da Hungria, Dinamarca e Espanha. Da Hungria esteve presente a presidente das Mulheres Socialistas Europeias, Zita Gurmai. Da Dinamarca participou a deputada ao Parlamento Europeu Britta Thonsen, que lembrou que Portugal é um dos últimos países europeus que recusa o aborto livre e legal. “Na Dinamarca – disse – o recurso ao aborto legal é dos anos 20 do século passado, porque era impossível manter uma situação em que as jovens se suicidavam ou eram obrigadas a fazer casamentos que não queriam”. No encerramen-



Mais de uma dezena de políticos e técnicos participaram na Conferência Internacional organizada pelos deputados europeus do PS

to participou a Secretária Nacional do PSEO para a Igualdade, Maribel Requena.

Jorge Branco, presidente da Comissão Nacional de Saúde Materna e Neonatal, e Albino Aroso, que também já desempenhou aquelas funções e ganhou o Prémio Nacional de Saúde 2006, foram os principais oradores no painel sobre “A IVG e a saúde da mulher”. Jorge Branco foi particularmente incisivo com a Ordem dos Médicos, referindo que “não lhe é possível manter uma posição retrógrada, havendo uma alteração da lei”. Por sua vez, Albino Aroso explicou as incongruências do nosso quadro jurídico, ao referir que não existe qualquer referência na lei, a nenhum nível, sobre o que considera como vida. A prova disso é a falta de enquadramento para o aborto espontâneo por motivos de saúde ou de acidente. Este facto responde também àqueles que dizem que a vida existe a partir do momento em que se dá a fecundação do óvulo, tese igualmente rejeitada pela Associação Americana de Ginecologia e Obstetria. Quanto aos comportamentos na nossa sociedade, o médico foi particularmente crítico em relação à atitude dos homens. “Nenhum homem sabe o que é levar até ao fim uma gravidez não desejada”, disse, acrescentando que as mulheres lutaram durante muitos anos pelos seus direitos, mas esqueceram-se dos deveres dos homens”. Elza Pais, Presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, sublinhou que não se pode falar em cidadania e direitos das mulheres enquanto não estiver plenamente garantida a saúde sexual e reprodutiva, para o que é fundamental a escolaridade e o acesso à informação.

Como comentadoras dos dois painéis estiveram a presidente do Departamento Nacional das Mulheres do PS, Manuela Augusto, e a jornalista Fernanda Câncio.

## NOVA LEGISLAÇÃO TRARÁ MELHORES CONDIÇÕES PARA UMA SAÚDE SEXUAL MAIS INFORMADA

Com a aprovação da despenalização do aborto, haverá mais meios e condições nos estabelecimentos de saúde para as mulheres, mais consultas de atendimento familiar e mais informação sobre meios contraceptivos, afirmou o ministro da Saúde, Correia de Campos, na conferência internacional sobre “Saúde Sexual e Reprodutiva”.

O ministro aludiu ao facto de a situação actualmente existente em Portugal ser altamente propiciadora do recurso ao aborto clandestino, com graves riscos para a saúde das mulheres. Calcula-se que haja cerca de 20 a 30 vezes mais abortos clandestinos anualmente do que o escasso cerca de um milhar registado nos estabelecimentos de saúde, em virtude de problemas e complicações várias. Por vezes também, muitas das mulheres que acabam por ir aos hospitais sofreram já de complicações abortivas, em alguns casos com consequências dramáticas para as suas vidas pessoais e para a sua integridade física e psicológica.

“As mulheres com recursos, vão a Espanha, Inglaterra ou a outro país. As que os não têm, resta-lhes o vão de escada ou a garagem adaptada”, disse o ministro, classificando esta situação como uma das “mais graves desigualdades e injusti-

ças da sociedade portuguesa, agravada com as perseguições judiciais, que nos casos mais graves vai até à prisão”.

Para o ministro da Saúde, o referendo representa um importante factor de mudança da duplicidade que existe na sociedade portuguesa que, proibindo o recurso ao aborto, acaba por mandar para a clandestinidade milhares de mulheres. Com a mudança da lei, a “mulher vê substituída a ilegalidade e o estigma pela responsabilidade e a segurança”, afirmou.

Correia de Campos não deixou também de fazer referência aos profissionais de saúde, pedindo aos médicos que assumam “uma visão democrática e progressista no que se refere à protecção da saúde sexual e reprodutiva da mulher e à interrupção voluntária da gravidez em meio hospitalar como um acto médico cuja legalidade não pode ser mais adiada”.

O ministro rebateu também a ideia de que a despenalização do aborto venha a contribuir para baixar ainda mais a natalidade, o que é desmentido pelos dados dos países onde essa prática é legal. “Pelo contrário - afirma - o que aconteceu foi o quase desaparecimento do aborto clandestino e a diminuição da interrupção voluntária da gravidez”.

# PORTUGAL BENEFICIA DO ACORDO DE PESCAS COM A GUINÉ-BISSAU

A prorrogação do acordo de pescas União Europeia/Guiné-Bissau vai permitir que o compromisso actualmente vigente se prolongue até 2007 e beneficie a União Europeia com a criação de emprego. Para Portugal, os benefícios do acordo permitirão que quatro navios para a pesca do atum tenham acesso às águas guineenses e que esteja aberta a possibilidade da pesca do camarão.

O relatório, da autoria do deputado Capoulas Santos, foi aprovado no plenário de Estrasburgo por larga maioria, ficando assim consagrada a recomendação que estabelece o prolongamento do actual acordo até 2007 e permite ao Governo da Guiné-Bissau negociar um futuro Acordo de Parceria, em condições e prazos mais razoáveis e sem a interrupção das contrapartidas recebidas, nomeadamente a verba de 7,26 milhões de euros disponibilizada pela União Europeia.

Para Capoulas Santos, os 7,26 milhões de euros que a União Europeia atribui constituem "um elemento essencial para a estabilidade económica e política da Guiné-Bissau, assim como para o sector das pescas". Com efeito, cerca de 40 por cento dos recursos orçamentais daquele país, na média dos últimos cinco anos, são constituídos pelas verbas do acordo existente com a União Europeia.

O acordo de pescas agora aprovado prevê uma série de contrapartidas para a União Europeia e os seus Estados-membros, entre os quais os já referidos em relação a Portugal. Prevê-se também que o acordo permita a criação de cerca de 500 novos postos de trabalho na União Europeia e de cerca de 140 na Guiné.



**Capoulas Santos é autor do relatório sobre a prorrogação do acordo de pescas com a Guiné-Bissau**

a estagnação do preço do pescado pago aos pescadores e a renovação da frota de pequena pesca costeira, "através de apoios públicos e sem o aumento das capacidades existentes". Capoulas Santos lembrou a "elevada sensibilidade para estas questões" demonstrada pelo Comissário Europeu das Pescas, Joe Borg, mas lamentou que "as respostas entretanto preconizadas pela Comissão Europeia sejam claramente insuficientes e consideradas decepcionantes pelo sector, sobretudo pela pequena pesca costeira, precisamente aquela que tem maior impacto social". O deputado apelou, por isso, a "rápidas e melhores soluções de resposta" do Executivo comunitário nesta área, sob pena de, em muitos casos, quando se agir já ser demasiado tarde".

## Alerta nas pescas

Também no plenário de Estrasburgo, o deputado alertou para a situação económica que se vive no sector das pescas, tendo defendido uma resposta rápida e adequada a nível comunitário para problemas como o aumento do custo dos combustíveis,



**Joel Hasse Ferreira**  
Membro da Comissão do Emprego e Assuntos Sociais do PE

## Visto de Bruxelas

### MISSÕES DA EUROPA

1 - A construção europeia no domínio sócio-económico assenta em duas vertentes essenciais: o funcionamento do mercado interno e as políticas sociais e de solidariedade. O bom funcionamento do mercado interno deverá potenciar o crescimento da economia europeia, tendo em conta as regras sociais decorrentes do modelo social europeu e os

direitos dos consumidores. As políticas sociais têm como pedras angulares a promoção do emprego diversificado e qualificado, bem como a garantia da coesão social. Mas devem ir mais longe e procurar garantir o bom funcionamento dos serviços sociais de interesse geral, bem como assegurar que as funções sociais são bem desempenhadas no âmbito de cada Estado.

2 - A criação de um verdadeiro mercado interno passou recentemente pela discussão e votação da Directiva de Serviços, a qual tanta polémica causou na União Europeia, tendo provocado manifestações sindicais de invulgar dimensão. Os Serviços constituem a maior parte da economia europeia e a sua competitividade é decisiva para garantir o cumprimento dos objectivos económicos da Estratégia de Lisboa. E há mesmo uma indiscutível relação lógica entre o crescimento económico ligado à construção do mercado interno europeu e a criação de empregos, garantia essencial da coesão social.

3 - Para cumprir estes objectivos e para manter em funcionamento a União Europeia são necessários significativos recursos financeiros. É preciso fazer funcionar a máquina administrativa dependente da Comissão Europeia e assegurar os investimentos que garantam a coesão inter-regional e entre os diversos Estados-membros. A actual situação de reduzido crescimento económico de vários países europeus, conjugada com os impactos internos do último alargamento da União, aumentaram as dificuldades na atribuição de recursos, hoje menos abundantes para apoiar a maioria de Estados com rendimentos mais baixos.

4 - Entretanto, a União Europeia deve contribuir decisivamente para a paz no mundo, nas suas fronteiras obviamente, mas também em todo o Globo. Daí a necessidade de manter privilegiadas relações com a Rússia e com a área do Mediterrâneo. A estabilização económica e social da Federação Russa é fundamental para a segurança nas fronteiras leste da Europa. E o facto de haver actualmente maior abundância de recursos económicos na Rússia, não chega para garantir a perspectiva de um adequado desenvolvimento económico. A parceria com a União, no plano do apoio selectivo ao investimento, pode ajudar bastante a construção da democracia russa.

5 - Quanto à zona mediterrânica, os problemas são extremamente complexos e é necessário por um lado, contribuir para o desenvolvimento da margem sul do Mediterrâneo e por outro, ajudar a resolver os conflitos regionais existentes, sem o que não haverá verdadeira paz nem efectivo desenvolvimento na região. A evolução para a democracia em muitos dos Estados que integram a Assembleia Parlamentar Euro Mediterrânica não é fácil. Por isso, mesmo o seu acompanhamento exige, por parte dos europeus, muita diplomacia e criatividade. É também neste contexto que o desenvolvimento do processo sério que, um dia, conduzirá à integração da Turquia na União pode ser relevante, assim como noutra plano, tem todo o interesse a negociação de uma situação estável com a Síria.

6 - No quadro do respeito pelos seus direitos, os cidadãos europeus recorrem cada vez mais à União e nomeadamente ao seu Parlamento. Para além dos habituais recursos à magistratura europeia, começa a haver maior interesse nas petições por parte de cidadãos, como no caso da Equitable Life. Efectivamente, o colapso desta empresa seguradora britânica deixou em extremas dificuldades um volumosíssimo número de famílias que, não tendo conseguido obter soluções para o seu problema no Reino Unido, vieram recorrer ao Parlamento Europeu, o qual imediatamente criou uma comissão própria, a qual está a acompanhar vigorosamente o assunto.

7 - Um conjunto de missões que não esgotam, mas integram os vastos trabalhos que estão a ser desenvolvidos no Parlamento Europeu e cuja repercussão directa ou indirecta em Portugal é cada vez mais relevante.

# PARLAMENTO QUER MAIOR PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA VIDA PÚBLICA

O Parlamento Europeu exorta os Estados-membros da União Europeia e outros organismos internacionais a promoverem uma participação muito mais substancial das mulheres em todas as esferas da vida pública. Estas conclusões estão num relatório sobre as "Mulheres na Política Internacional", da autoria de Ana Gomes, aprovado na Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros do PE.

O relatório considera que obstáculos de natureza jurídica continuam a entrar a plena participação das mulheres na vida pública, apesar das manifestações de boa vontade e das convenções internacionais existentes, o número de mulheres é ainda relativamente baixo em comparação com o dos homens a nível internacional. Por exemplo, entre 43.961 parlamentares de todo o mundo, apenas 16,4 por cento são mulheres, isto é, 7.195.

Neste contexto, o relatório apela aos Estados-membros da União Europeia para que revejam as suas Constituições, legislações e práticas, a fim de garantir que a igualdade de género se converta num dos princípios fundamentais e que as estratégias adoptadas em matéria de participação equilibrada das mulheres e homens no processo de tomada de decisão política e pública sejam aplicadas e cumpridas.



**Ana Gomes viu aprovado o seu relatório sobre as mulheres na política Internacional**

Unidas. Ana Gomes considera também fundamental que se vá além dos números e se meça a influência das mulheres na governação, na resolução de conflitos e na determinação da agenda política internacional.

O relatório considera que a União Europeia e os seus Estados-membros devem servir de exemplo a nível internacional, concretamente no âmbito das Nações Unidas. Neste sentido, apela aos governos de todos os Estados-membros da União e a todas as instituições comunitárias para apresentarem o nome de uma candidata por cada candidato proposto para preencher um lugar na União e a nível internacional, especialmente nas Nações

## CONTACTOS DOS DEPUTADOS:

[www.partido-socialista.net/pspe](http://www.partido-socialista.net/pspe) - Página dos Socialistas Portugueses no Parlamento Europeu

**Edite Estrela** - Presidente da Delegação Socialista; Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade de Géneros (1ª vice-presidente); Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

**Ana Gomes** - Comissão dos Assuntos Externos; Sub-Comissão de Segurança e Defesa (vice-presidente) Desenvolvimento; Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros

**Capoulas Santos** - Comissão da Agricultura; Comissão das Pescas; Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

**Elisa Ferreira** - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão do Comércio Internacional

**Emanuel Jardim Fernandes** - Comissão dos Transportes e Turismo; Comissão do Desenvolvimento Regional

**Fausto Correia** - Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos; Comissão dos Transportes e Turismo

**Francisco Assis** - Comissão do Comércio Internacional; Comissão dos Assuntos Externos; Sub-Comissão dos Direitos do Homem

**Jamila Madeira** - Comissão do Desenvolvimento Regional; Comissão do Emprego

e Assuntos Sociais

**Joel Hasse Ferreira** - Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais; Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores; Controlo Orçamental

**Manuel dos Santos** - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão da Indústria, Investigação e Energia

**Paulo Casaca** - Comissão do Controlo Orçamental (Coordenador do Grupo Socialista); Comissão dos Orçamentos; Comissão das Pescas

**Sérgio Sousa Pinto** - Comissão dos Assuntos Constitucionais; Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos

## ENDEREÇOS ÚTEIS

[www.socialistgroup.org](http://www.socialistgroup.org) - Página do Grupo Socialista no Parlamento Europeu

[www.pes.org](http://www.pes.org) - Página do Partido Socialista Europeu

[www.socialistinternational.org](http://www.socialistinternational.org) - Página da Internacional Socialista

[www.ps.pt](http://www.ps.pt) - Página do Partido Socialista

[www.europarl.eu.int](http://www.europarl.eu.int) - Página do Parlamento Europeu

[www.europa.eu.int](http://www.europa.eu.int) - Portal da União Europeia

## FICHA TÉCNICA

**Edição** Grupo Parlamentar do PS no Parlamento Europeu  
**Editor** Paulo Pisco **Layout e Paginação** Gabinete de Comunicação do PS **Periodicidade** Mensal **Tel.** 213 822 000 **Fax.** 213 822 037 **Email** ppisco@ps.pt **Endereço** Acção Socialista - Largo do Rato nº 2, 1269-123 Lisboa

## Eurosíntese

### CHINA E VIETNAME QUEBRAM PRINCÍPIOS

A China e o Vietname atentaram contra um princípio fundamental do comércio livre: o princípio da lealdade”, afirmou o deputado Francisco Assis no plenário de Estrasburgo, reagindo às conclusões de uma recente investigação levada a cabo pela Comissão Europeia, que comprovou a existência de práticas comerciais “particularmente inaceitáveis” por parte daqueles países no sector do calçado. Neste contexto, “as eventuais medidas *anti-dumping* a serem aplicadas pela União Europeia não podem ser entendidas como contrárias ao comércio livre, nem como uma tentativa de reabrir as portas de um proteccionismo indesejável, mas antes como um meio indispensável para a defesa do próprio comércio e para uma regulação mais justa e correcta das trocas internacionais”.

### PETER MENDELSSON NO PORTO

Por iniciativa da deputada Elisa Ferreira, realizou-se no Porto o seminário “Portugal e a Europa: Comércio e Investimento no Contexto Mundial”, que contou com a presença do comissário Peter Mendelsson e juntou uma vasta audiência de empresários e académicos nacionais e de outros países. O Comissário reafirmou a sua confiança nas empresas competitivas e inovadoras, nomeadamente as portuguesas, assim como o seu compromisso para com a reciprocidade na abertura de mercados ao exterior e uma adequada protecção dos direitos de propriedade intelectual das empresas europeias.

### CONVENÇÃO DE AARHUS ALTERADA

A Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos do Parlamento Europeu aprovou o parecer do deputado Fausto Correia sobre a introdução de uma emenda à Convenção de Aarhus, por forma a garantir um enquadramento normativo adequado para os organismos geneticamente modificados, nomeadamente no que respeita à libertação deliberada dos mesmos no ambiente e à sua colocação no mercado. Fausto Correia assinalou a importância que tem a regulamentação comunitária sobre os OGM, instando os Estados-membros a “integrarem o mais rápido possível nos seus ordenamentos jurídicos a presente emenda à Convenção de Aarhus. Esta Convenção é o instrumento que estipula os meios de acesso do público à informação, tomada de decisões e recurso à via judicial em matéria de ambiente.

### APOIO DA UNIÃO ÀS ILHAS GERA FRUSTRAÇÃO

“O desenvolvimento das Regiões Ultraperiféricas é o barómetro da política de coesão da União”, afirmou o deputado Emanuel Jardim Fernandes em mais uma edição dos “Encontros EURODOM – Comissão Europeia”, que juntou em Bruxelas representantes das ultraperiferias da Madeira, Açores, Canárias e dos Departamentos Ultramarinos franceses, deputados europeus e responsáveis de diversas instâncias comunitárias. Ao intervir no painel “O futuro da política da União em relação às Regiões Ultraperiféricas”, o deputado manifestou a sua “frustração e sentimento de desilusão” face à estratégia de desenvolvimento sustentável das ultraperiferias, que a Comissão Europeia propôs em 2004, em especial no que respeita a dois instrumentos específicos: o “Programa de Compensação dos Sobrecustos” e o “Plano de Acção para a Grande Vizinhança”.

### Aproveitar Agência de Reconstrução

Seria um erro com tremendas consequências não aproveitar a experiência da Agência Europeia de Reconstrução (AER) e não a utilizar noutras circunstâncias, disse o deputado Paulo Casaca, no plenário de Estrasburgo e na qualidade de porta-voz do Grupo Socialista para as questões de controlo orçamental. O deputado interveio para enaltecer o trabalho da AER, organismo criado pela União para gerir a reconstrução da ex-Jugoslávia, tendo recordado duas missões parlamentares efectuadas pela Comissão do Controlo Orçamental do PE a Salónica e ao Kosovo, através das quais foi possível “testemunhar o modelo de organização inovador” implementado no terreno. Funcionando como uma agência executiva com acção no Kosovo, Sérvia e Montenegro, a Agência conseguiu organizar um sistema de pagamentos de projectos numa altura em que não existiam em funcionamento sistemas bancários, de correios, nem de telefones.

## ENSAIOS NUCLEARES DA COREIA DO NORTE SÃO ATITUDE DE CONFRONTO LAMENTÁVEL

“É lamentável a atitude de confronto da Coreia do Norte, em vez de procurar o diálogo e soluções de entendimento através da via apropriada das negociações internacionais”, afirmou Manuel dos Santos, na qualidade de vice-presidente do Parlamento Europeu, numa reunião de Delegação Interparlamentar PE/República da Coreia e na linha de uma condenação também adoptada pelo plenário de Estrasburgo.

Perante responsáveis norte-coreanos, o vice-presidente manifestou a “decepção do Parlamento Europeu” pela realização dos recentes ensaios nucleares, e afirmou que, apesar da Europa discordar em muitos aspectos da atitude norte-americana em relação à questão coreana, “os recentes testes não podem constituir uma forma de resposta, e muito menos podem ser considerados uma resposta adequada”. “A União Europeia não é os Estados Unidos nem é presidida pelo Sr. Bush”, sublinhou.

Neste sentido, considerou que a “União Europeia está preocupada com a estabilidade e a segurança na região, as quais foram muito mais afectadas com os testes nucleares do que as relações com os Estados Unidos”.

Segundo afirmou Manuel dos Santos, a Coreia do Norte “é capaz de lançar relações internacionais construtivas” e, “mesmo que haja confronto por via das negociações, sempre será melhor do que ficar parado e nada fazer”.

Manuel dos Santos declarou ainda que “a Europa está pronta para contribuir para a reconstrução e as reformas na Coreia, assim como para fornecer a assistência necessária”. No entanto, para isso, a Coreia do Norte “deve aceitar actuar de acordo com as regras da comunidade internacional”, concluiu.

De referir que Javier Solana, o Alto Representante para a Política Externa da União Europeia, considerou no plenário de Estrasburgo a Coreia do Norte “uma ameaça para a paz mundial” e afirmou que o Conselho de Segurança das Nações Unidas “tem de agir”.



Manuel dos Santos manifestou a “decepção” do PE com a realização dos ensaios nucleares

“O teste nuclear realizado pela Coreia do Norte representa uma ameaça para toda a região e vai acelerar a corrida aos armamentos”, sublinhou, acrescentando que não faz qualquer sentido que um país tão pobre “desperdice milhões de dólares para desenvolver armas nucleares, enquanto a sua população sofre com uma profunda pobreza”.

Em Junho passado, o Parlamento Europeu aprovou uma Resolução onde criticava veementemente a situação dos Direitos Humanos na Coreia do Norte, assunto que esteve também em discussão no encontro com os deputados europeus.

## SERVIÇOS SOCIAIS DEVEM CONSTITUIR PILAR ESSENCIAL PARA CRESCIMENTO E EMPREGO

Os Serviços Sociais de Interesse Geral devem constituir um pilar essencial do modelo social europeu e um elemento fundamental da estratégia da União Europeia para o crescimento e o emprego, afirma o deputado Joel Hasse Ferreira, que lançou a discussão pública da proposta da Comissão Europeia sobre aquele tema, de que é relator para a Comissão do Emprego e Assuntos Sociais do Parlamento Europeu.

Com o fim de elaborar o seu relatório, os Serviços Sociais de Interesse Geral, que abrangem áreas como a habitação social, os cuidados prestados à infância ou a pessoas carentes, a protecção e a segurança social, têm vindo a ser objecto de diversas reuniões realizadas tanto em Bruxelas como noutras cidades europeias, onde o deputado tem discutido as principais prioridades que pretende apresentar ao Parlamento Europeu.

Na semana passada, Hasse Ferreira reuniu com o Comité Europeu de ligação sobre Serviços Sociais de Interesse Geral, plataforma que representa dezenas de organizações europeias que centram a sua actividade nas áreas sociais e da solidariedade.

Naquele encontro, o deputado defendeu que os Serviços Sociais de Interesse Geral devem constituir um pilar essencial do modelo social europeu e corresponder a um sector dinâmico e de grandes dimensões, no qual poderão surgir muitas oportunidades de trabalho nos próximos anos.

Segundo o deputado, será necessário, no entanto, “proceder a um desenvolvimento harmonioso e equilibrado do sector”, com uma clarificação de regras que dê resposta às solicitações das partes interessadas”, designadamente Estados-membros, empregadores e trabalhadores de serviços públicos e privados e organizações não governamentais, que esperam que aqueles serviços continuem a desenvolver-se e a modernizar-se respeitando o direito comunitário e o princípio de subsidiariedade.

Hasse Ferreira afirma que devem ser tidos em conta, por



Hasse Ferreira é autor do relatório do Parlamento Europeu sobre os Serviços Sociais de Interesse Geral

exemplo, “os diferentes modelos e sistemas de prestação dos Serviços em cada Estado-membro, bem como as especificidades de intervenção neste domínio dos poderes locais e regionais, dos Estados federados e das Comunidades Autónomas”.

Para além destes aspectos, a clarificação das regras de financiamento dos Serviços Sociais de Interesse Geral, a intervenção do sector privado tendo em vista a redução de custos, bem como o estatuto das organizações sociais, foram outros temas que animaram as audições em que o deputado participou.